



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE ANGICOS

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MARIA KELLIANE SILVA JANUARIO

Práticas Pedagógicas Inclusivas de Estudantes com Síndrome de Down:

uma revisão de literatura investigadas em trabalhos publicados na Biblioteca Brasileira de

Teses e Dissertações

ANGICOS

2025

MARIA KELLIANE SILVA JANUARIO

Práticas Pedagógicas Inclusivas de Estudantes com Síndrome de Down:

uma revisão de literatura investigadas em trabalhos publicados na Biblioteca Brasileira de
Teses e Dissertações

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do
Semi-Árido como requisito para obtenção do título de
Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Franselma Fernandes de
Figueirêdo

ANGICOS

2025

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

J35p Januario, Maria Kelliane Silva.
Práticas pedagógicas inclusivas de estudantes
com Síndrome de Down: uma revisão de literatura
investigadas em trabalhos publicados na
biblioteca brasileira de teses e dissertações /
Maria Kelliane Silva Januario. - 2025.
48 f. : il.

Orientadora: Franselma Fernandes de
Figueirêdo.
Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Curso de Pedagogia, 2025.

1. Práticas pedagógicas. 2. Desenvolvimento. 3.
Inclusão. 4. Síndrome de Down. I. Figueirêdo,
Franselma Fernandes de , orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Biblioteca Campus Angicos
Bibliotecário: Helder Romero Maia Duarte
CRB: 15/673

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

MARIA KELLIANE SILVA JANUARIO

Práticas Pedagógicas Inclusivas de Estudantes com Síndrome de Down:
uma revisão de literatura sobre as práticas pedagógicas investigadas em trabalhos publicados
na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações

Monografia apresentada à Universidade
Federal Rural do Semi-Árido como requisito
para obtenção do título de Licenciado em
Pedagogia.

Defendida em: 18/03/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



FRANSELMA FERNANDES DE FIGUEIREDO

Data: 27/03/2025 20:25:20-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Franselma Fernandes de Figueirêdo (UFERSA)

Documento assinado digitalmente

Documento assinado digitalmente



ALESSANDRA MIRANDA MENDES SOARES

Data: 27/03/2025 21:44:39-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr. Alessandra Miranda Mendes Soares (UFERSA)

Membro Examinador

Documento assinado digitalmente



JULIANA DA ROCHA E SILVA

Data: 27/03/2025 21:16:47-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr. Juliana da Rocha e Silva (UFERSA)

Membro Examinador

Dedico esta monografia a meus pais: a minha mãe, Maria Rosineide da Silva Januario e ao meu pai, Gildeci Elpídio Januario, que sempre me incentivaram com amor e dedicação ao longo dessa trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por ser meu porto seguro, por me proporcionar força, paz e sabedoria no decorrer da escrita desta monografia.

Agradeço a minha mãe Maria Rosineide da Silva Januario e ao meu pai Gildeci Elpídio Januario, que não mediram esforços durante toda a minha vida escolar e acadêmica.

Agradeço ao meu namorado Anderson Esmael da Silva, pelo apoio e por sempre incentivar a minha capacidade de escrita.

Quero expressar a minha gratidão as minhas irmãs Ana Caroline, Gilmara Silva e Maria da Glória que me incentivaram nessa caminhada.

Expresso, gratidão e reconhecimento a minha querida Orientadora Franselma Fernandes de Figueirêdo, por sua dedicação e compromisso comigo durante esse processo desafiador. Obrigada pelas suas contribuições, ensinamentos e pela sua amizade.

Declaro meu carinho aos meus amigos que fizeram parte dessa trajetória acadêmica, Amanda Cristina, Ana Eliza, Maria Larissa, Maria Regina, Mayara Lourenço, Sara Patrícia e José Emerson pelos momentos vivenciados durante os dez períodos de faculdade.

Agradeço a Banca Examinadora pela valiosa colaboração e comprometimento com o meu trabalho.

Por fim, agradeço a todos e que Deus abençoe a vida de vocês!

“Sejam quais forem as particularidades intelectuais, sensoriais e físicas do educando, partimos da premissa de que todos têm potencial de aprender e ensinar. É papel da comunidade escolar desenvolver estratégias pedagógicas que favoreçam a criação de vínculos afetivos, relações de troca e a construção do conhecimento.”

Rodrigo Hubner Mendes.

RESUMO

A educação inclusiva dos alunos com Síndrome de Down (SD) tem como intuito proporcionar o ensino igualitário, bem como, garantir os seus direitos que estão estabelecidos por leis, possibilitando a participação ativa no ambiente escolar por meio de práticas pedagógicas adaptadas pelos professores, garantindo o processo de ensino-aprendizagem e o desenvolvimento pleno de suas habilidades. O presente trabalho é uma pesquisa exploratória e bibliográfica, sobre as práticas pedagógicas realizadas pelos professores para atender esses alunos, pretendendo elencar as estratégias educacionais que são mais eficazes para construir uma educação inclusiva e tem como objetivo geral investigar nos trabalhos disponíveis na Biblioteca de Teses e Dissertações, quais são as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores para o desenvolvimento educacional e social dos alunos com Síndrome de Down. Tem como instrumento metodológico a análise de 9 trabalhos acadêmicos encontrados na plataforma BDTD. Para essa investigação foram consultados vários autores (a) como: Libâneo (1990), Vygotsky (1996), Sandy Alton (2008), Patrícia Pereira (2019) dentre outros. A pesquisa revelou a utilização da metodologia tradicional, como também, a abordagem da teoria construtivista. Em relação às práticas pedagógicas constatam-se quais são as práticas mais eficazes para o desenvolvimento dos alunos com SD, sendo elas: atividades planejadas, a criação de ZDP, a problematização dos erros, utilização de conceitos do cotidiano, projetos paralelos de leitura, trabalhos de rotina, propostas em módulos, ajustes das atividades em sala de aula, avaliação da escrita inicial, atividades de escritas, desenhos, pinturas, brincadeiras, modelagem, metodologias ativas, trabalhos em campo, construção de mapas mentais, aulas invertidas, trabalhos em grupos e em duplas, brincadeiras de faz-de-conta, estimulação da linguagem, recorte, folhear revistas, colagem, delimitação de áreas das atividades, instrução individual e coletivas e jogos lúdicos. E as que não são eficazes: atividades mimeografadas, tarefas de caligrafia, livros didáticos, trabalhos com o calendário e datas comemorativas. Além disso, nota-se o desconhecimento por parte dos professores de como trabalhar com esses alunos. Portanto, é crucial que a utilização das práticas adaptadas conforme as necessidades específicas dos alunos com SD proporciona o desenvolvimento educacional, surge também, a necessidade da formação contínua dos professores, para que haja uma mediação inclusiva.

Palavras-chave: práticas pedagógicas; desenvolvimento; inclusão; Síndrome de Down.

ABSTRACT

Inclusive education for students with Down Syndrome (DS) aims to provide equal education, as well as guarantee their rights that are established by law, enabling active participation in the school environment through pedagogical practices adapted by teachers, ensuring the teaching-learning process and the full development of their skills. This work is an exploratory and bibliographical research on the pedagogical practices carried out by teachers to serve these students, intending to list the educational strategies that are most effective to build an inclusive education and has as its general objective to investigate in the works available in the Library of Theses and Dissertations, which are the pedagogical practices used by teachers for the educational and social development of students with Down Syndrome. Its methodological instrument is the analysis of 9 academic works found on the BDTD platform. For this investigation, several authors were consulted, such as: Libâneo (1990), Vygotsky (1996), Sandy Alton (2008), Patrícia Pereira (2019), among others. The research revealed the use of traditional methodology, as well as the approach of constructivist theory. Regarding pedagogical practices, it was found that the most effective practices for the development of students with DS are: planned activities, creation of ZPD, problematization of errors, use of everyday concepts, parallel reading projects, routine work, proposals in modules, adjustments of classroom activities, assessment of initial writing, writing activities, drawings, paintings, games, modeling, active methodologies, fieldwork, construction of mind maps, flipped classes, work in groups and in pairs, pretend play, language stimulation, cutting, leafing through magazines, gluing, delimiting activity areas, individual and collective instruction, and playful games. And those that are not effective: mimeograph activities, calligraphy tasks, textbooks, work with the calendar and commemorative dates. In addition, there is a lack of knowledge on the part of teachers about how to work with these students. Therefore, it is crucial that the use of practices adapted according to the specific needs of students with DS provides educational development, and there is also a need for ongoing teacher training, so that there is inclusive mediation.

Keywords: pedagogical practices; development; inclusion; Down syndrome.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	-	Atendimento Educacional Especializado
BNCC	-	Base Nacional Comum Curricular
BDTD	-	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
DCNEI		Diretrizes Curriculares Nacionais Educação Infantil
ECA	-	Estatuto da Criança e do Adolescente
EI	-	Educação Infantil
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBI	-	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
MAs	-	Metodologias Ativas
NEEs	-	Necessidades Educativas Especiais
PcDs	-	Pessoas com Deficiências
SD	-	Síndrome de Down
ZDP	-	Zona de Desenvolvimento Proximal

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	–	Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações	27
Tabela 2	–	Teses e Dissertações sobre Síndrome de Down	27
Tabela 3	–	Práticas Pedagógicas	28

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	ASPECTOS DA SÍNDROME DE DOWN	16
2.1	A importância da formação docente e a inclusão dos alunos com SD	17
2.2	O que são práticas pedagógicas	19
2.3	Documentos reguladores da PCD	21
3	PROCEDIMENTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS	26
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	30
4.1	Prática Pedagógica 1 – Desenhos mimeografados	30
4.2	Prática Pedagógica 2 – Atividades planejadas	31
4.3	Prática Pedagógica 3 – Projetos paralelos de leitura	32
4.4	Prática Pedagógica 4 – Livros didáticos	33
4.5	Prática Pedagógica 5 – Avaliação da escrita inicial	34
4.6	Prática Pedagógica 6 – Metodologias Ativas	36
4.7	Prática Pedagógica 7 – Brincadeiras de faz-de-conta	37
4.8	Prática Pedagógica 8 – Trabalhos com Calendário	38
4.9	Prática Pedagógica 9 – Organização em dupla e em grupo	40
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	
	REFERÊNCIAS	

1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar é um processo fundamental que visa garantir que todas as pessoas, independentemente de suas diferenças individuais, tenham acesso igualitário à educação. Nesse contexto, promove-se um ambiente acolhedor, onde cada um tem habilidades únicas e contribui para o desenvolvimento integral de todos os alunos, principalmente no que se refere aos alunos com necessidades educacionais, que possuem alguma deficiência.

Ao adotar práticas inclusivas, as instituições de ensino não apenas proporcionam oportunidades de aprendizado para os alunos com deficiência, mas também promovem o respeito mútuo e a valorização da diversidade. Dessa forma, as pessoas com deficiência (PcD) sempre estiveram presentes no cotidiano da sociedade, porém eram excluídas do âmbito social e eram vistas como pessoas incapazes de realizar qualquer atividade, ocasionando uma visão capacitista que consiste na discriminação ou preconceito contra as pessoas com deficiências.

A inclusão é um processo que vai muito além do contexto educacional, abrange também o contexto social e político defendendo o direito de que todos devem participar de forma ativa e responsável na sociedade, respeitando e aceitando as diferenças de cada um. Ao longo dos anos, a educação inclusiva passou por várias modificações visando a melhoria de uma educação de qualidade e acessível para as PcDs. Com base neste entendimento, foram criadas novas oportunidades a partir de leis, decretos e debates voltados para a inclusão.

Os desafios específicos impactam no desenvolvimento cognitivo, social e emocional da pessoa com SD, sendo isso, um fator que pode prejudicar o seu desenvolvimento educacional. De acordo Pereira *et al* (2016, p. 5).

As escolas devem concentrar esforços para desenvolver as potencialidades e capacidades do aluno, levando em consideração os objetivos e estratégias que lhe poderão ser úteis. O fator mais importante é que o professor crie, em sala de aula, condições que lhe permitam um melhor convívio grupal e, para isso, poder trabalhar diferentes dinâmicas de grupo.

Dessa forma, a partir de práticas pedagógicas adequadas e inclusivas é possível que ocorra o desenvolvimento de habilidades dos mesmos. No decorrer dos anos, as práticas vão se aprimorando cada vez mais, surgindo novas tendências pedagógicas que visam a inclusão e oportuniza uma mediação aluno/professor e professor/aluno no processo de aprendizagem.

Diante disto, a premissa deste estudo surgiu a partir da realização do Estágio Obrigatório Supervisionado II, do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Angicos/RN. Momento no qual foi realizado o estágio em uma

turma do Ensino Fundamental I, no 5º ano, composta por 25 alunos, sendo uma aluna com Síndrome de Down. Nas primeiras semanas de observações, foi possível perceber que o professor possuía dificuldade de realizar práticas pedagógicas que incluísse a aluna com SD, assim, surgiram inquietações que fizeram pensar e refletir acerca dessa temática: qual a relevância de práticas pedagógicas para o desenvolvimento de alunos com SD? Os professores têm capacitação sobre a Educação Inclusiva? É importante ressaltar que nas regências do Estágio Supervisionado Obrigatório II, a partir das observações, foram elaborados os planos de aulas todos voltados para a inclusão da aluna com SD, todas as atividades foram realizadas em grupos, isso proporcionou interação com todos os alunos da turma.

A partir dessas inquietações anteriormente elencados, foram estabelecidos os objetivos desta pesquisa, dessa forma, o objetivo geral desse Trabalho de Conclusão de Curso é investigar nos trabalhos disponíveis na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações, quais são as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores para o desenvolvimento educacional e social de alunos com Síndrome de Down. Na finalidade de concluir com esse objetivo geral definimos os objetivos específicos que são: selecionar teses e dissertações relacionadas às práticas pedagógicas inclusivas dos professores para os alunos com Síndrome de Down; ler e analisar as teses e dissertações selecionadas e discutir os resultados da pesquisa, elencando as práticas e suas contribuições.

Com o intuito de estimular discussões sobre esse assunto, serão abordadas visões de diversos autores, como: Libâneo (1990), Vygotsky (1996), Sandy Alton (2008), Dalva Pereira, Daniela Santos, Graziela Menezes e Tânia Góis (2016), Cristina Silva, Mônica Duhart, Patrícia Pereira (2019) e Fernanda Pessoa (2019) dentre outros autores.

A pesquisa em questão, tem como indagação investigar e refletir acerca das práticas pedagógicas realizadas pelos professores em sala de aula para que de fato ocorra o desenvolvimento dos alunos Síndrome de Down. Dessa forma, com essa investigação deve-se esclarecer a importância de práticas pedagógicas para a inclusão de alunos com SD, bem como, compreender as lacunas e dificuldades por parte dos docentes em elaborar os planejamentos dos planos de aula, que consiga abranger todos os alunos da turma.

O trabalho está dividido por 5 capítulos e 12 subtópicos, da seguinte forma: no capítulo 1 que é introdução, apresentamos o tema, os objetivos e o motivo pelo qual surgiu essa temática. No capítulo 2 discutimos acerca dos aspectos da Síndrome de Down e visões de autores sobre o processo de aprendizagem. Neste capítulo, expomos também subtópicos referente a relevância da formação dos professores para a inclusão dos alunos com SD, bem

como o que são práticas pedagógicas e as abordagens tradicionais e construtivistas, em seguida expomos os documentos reguladores da PCD. Já no Capítulo 3, apresentamos como ocorreu os procedimentos metodológicos da pesquisa. O capítulo 4, trata-se dos resultados e discussões da pesquisa, sendo elencados em 9 subtópicos, do número 1 ao 9. E por fim o capítulo 5 abordando as conclusões da monografia e as referências que foram utilizadas durante todo o processo da pesquisa.

2 ASPECTOS DA SÍNDROME DE DOWN

Com os avanços das Políticas de Inclusão, bem como a implementação de práticas educacionais apropriadas, as pessoas com SD têm conquistado cada vez mais acesso aos seus direitos garantidos por Lei, tendo acesso igualitário ao ensino regular.

Conforme as Diretrizes de Atenção à pessoa com Síndrome de Down, “A Síndrome de Down (SD) ou trissomia do 21 é uma condição humana geneticamente determinada, é a alteração cromossômica (cromossomopatia) mais comum em humanos e a principal causa de deficiência intelectual na população (Brasil, 2013, p. 9).

Deste modo, existe a presença de um cromossomo a mais, o cromossomo 21 extra, essa existência na constituição genética é um fator determinante, que modifica as características físicas.

A SD pode apresentar-se de três formas, sendo elas: trissomia simples, translocação e mosaico. Devido a alteração cromossômica, pode variar de formas leves ou até mesmo a formas graves, podendo ter diversas características que,

Embora existam várias características, pode ser que o indivíduo possua apenas alguns deles, sendo os sinais físicos comuns em quase todos: Boca pequena com a língua grande e pesada; Orelhas mais baixas que o normal; Olhos inclinados, puxados para cima, devido às pregas nas pálpebras; Nariz achatado e pequeno; Membros curtos; Baixa estatura; Largas mãos com dedos curtos e apenas uma linha na palma mão; Espaço maior entre o dedão do pé e os demais dedos; Baixo tônus muscular; Atraso no desenvolvimento motor; Retardo mental leve ou moderado; Excesso de peso; Delonga no desenvolvimento da linguagem (Silva; Duhart; Pereira, 2019, p. 8).

Vygotsky (1996) enfatiza na perspectiva sócio-histórica, que o processo de aprendizagem e desenvolvimento do indivíduo é construído no meio sócio-cultural, ou seja, esse meio oferece diversas possibilidades, ocorrendo assim, a mediação entre o sujeito e o mundo, formando um sujeito ativo e interativo na sociedade. Em relação ao processo de aprendizagem, Silva, Duhart, Pereira (2019, p. 15) afirmam que

O processo de desenvolvimento do aluno com Síndrome de Down caracteriza-se em dois aspectos: o ritmo, que resulta no tempo que é levado para realizar as atividades propostas; e a sequência: é a forma em que realizam suas habilidades (forma de sentar, levantar, andar etc.). O ritmo requer respeito, paciência e atenção, pois pode ser mais lento, visto que depende da característica de cada um; já a sequência é quase a mesma de todos em geral.

Todavia, é importante respeitar esse ritmo do processo de desenvolvimento do aluno com SD. Vygotsky (1997) destaca que a deficiência era vista pela sociedade como um defeito e isso acabava gerando para as pessoas com deficiências uma inferioridade. Assim, Vygotsky defende que não pode ser limitada às questões biológicas, como alterações cromossômicas, lesões cerebrais, entre outras, que ele define como primária.

O autor ainda aborda que a deficiência pode ser secundária que é ocasionada pelo meio sócio-cultural, no contexto ao qual estão inseridos pode ocorrer obstáculos educacionais, físicos e até mesmo atitudinais.

Nessa situação, o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos com SD não depende apenas da condição genética, mas também, de fatores sociais e principalmente no meio social ao qual estão inseridos.

2.1 A importância da formação docente e a inclusão dos alunos com SD

O contexto anteriormente mencionado evidencia que as escolas e os professores devem estar preparados para recepcionar os alunos com Síndrome de Down, o acolhimento é essencial para o desenvolvimento da pessoa com SD, assim como, as práticas dos professores.

O professor atua de forma ativa dentro de uma escola que tem como objetivo mediar o aprendizado dos alunos, sendo responsável pela mediação de ensino e aprendizagem, e um dos pontos principais para permitir que a inclusão aconteça em sala de aula.

O professor deve estar disposto a acompanhar a reforma educacional, permitindo novas aprendizagens que possibilitem estratégias para o seu planejamento, segundo Libâneo “A formação profissional é um processo pedagógico, intencional e organizado, de preparação teórico-científica e técnica do professor para dirigir competentemente o processo de ensino” (Libâneo, 1990, p. 27).

Na contemporaneidade garantir os conhecimentos e competências básicas ao longo do processo de ensino aprendizagem na educação inclusiva, tem sido desafiador. Conforme afirma Fernanda Pessoa (2019, p. 36)

Nessa perspectiva é possível compreender que a capacitação dos profissionais da educação favorece o atendimento dos alunos com NEEs, sendo considerado como um dos pilares que sustentam uma escola inclusiva. Contudo a educação inclusiva transcende o entendimento de que o trabalho do professor é suficiente e satisfatório para o desenvolvimento de um indivíduo; o papel da família juntamente com a sociedade é fundamental e,

portanto, são igualmente responsáveis pela formação do cidadão autônomo, capaz e consciente de sua função social.

Ou seja, a capacitação dos professores vai proporcionar assistência aos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEEs). É válido ressaltar que, mesmo com a intervenção do professor em sala de aula, a parceria com a família é indispensável, tendo em vista contribuir para a formação do indivíduo autônomo, que é capaz de perceber a sua função social perante a sociedade. Libâneo (1990, p. 53) enfatiza que as

Técnicas, recursos ou meios de ensino são complementares da metodologia, colocadas à disposição do professor para o enriquecimento do processo de ensino. Atualmente a expressão ‘tecnologia digital’ adquiriu um sentido bem mais amplo, englobando técnicas de ensino diversificadas, desde os recursos da informática, dos meios de comunicação e os audiovisuais até os de instrução programada e de estudo individual e em grupos.

No entanto, as diversas técnicas e recursos possibilitam aos professores dinamicidade em suas práticas, facilitando o processo de ensino aprendizagem dos alunos. Conforme cita a autora Sandy Alton (2008) os alunos com Síndrome de Down têm dificuldade de se adaptar a algumas práticas em sala de aula, sendo aulas expositivas e exercícios sem modificação.

Portanto, os professores precisam analisar suas práticas de sala de aula e todo o ambiente de aprendizado na classe de forma que as atividades, os materiais e os grupos de alunos sejam levados em conta. Para certos propósitos, a habilidade será menos importante do que os estilos de aprender de cada aluno. É importante, por exemplo, utilizar a motivação e a oportunidade para aprender com bons modelos que surgem quando os alunos com Síndrome de Down estão trabalhando em grupo os colegas (Alton, 2008, s.p.).

É fundamental que o professor escolha técnicas, recursos adequados para as suas práticas, visando o aprendizado coletivo, uma vez que estudos apontam que os alunos com necessidades específicas educacionais têm um maior desempenho na realização das atividades em grupos. É importante ressaltar que mesmo priorizando as atividades em grupo, o professor deve estar atento à singularidade de cada aluno, tendo em vista que:

[...] cada aluno é único em relação ao ritmo de aprendizagem, e ainda, que o sucesso na aplicação de uma determinada estratégia não configura necessariamente a abrangência de todos, fica evidente que, não há receita mágica que contemple todos os alunos na aprendizagem, mas a diversificação de ações pedagógicas possibilita o envolvimento de um número maior de alunos (Pessoa, 2019, p. 37).

Mediante o exposto, as características genéticas da SD reforçam a precisão de uma compreensão acerca dessa condição, pois pode variar em casos leves e até mesmo mais graves. A perspectiva sócio-histórica de Vygotsky (1997) proporciona uma compreensão relevante para entender sobre o desenvolvimento e, sobretudo, a aprendizagem do aluno com SD e destaca que as limitações não são apenas de ordem biológica, mas também, que são impostas pelo contexto sócio-cultural. Ou seja, a importância do ambiente educacional é de extrema relevância para o desenvolvimento e aprendizagem do aluno. Dessa maneira, como reforça Libâneo (1990), é crucial a formação continuada para que os professores contribuam para os planejamentos das práticas pedagógicas que sejam capazes de incluir todos os alunos independentemente de suas NEEs, ou seja, o professor como mediador ativo nesse processo de inclusão dos alunos com SD.

2.2 O que são práticas pedagógicas

Maria Franco (2016) enfatiza que as práticas pedagógicas se configuram, no ato educativo, como ações conscientes e participativas, através das quais os educadores podem organizar, potencializar e interpretar as intencionalidades de um projeto educativo pautado na criticidade e no pensamento reflexivo, que conduzem a prática docente. Nessa perspectiva,

As práticas pedagógicas incluem desde o planejamento e a sistematização da dinâmica dos processos de aprendizagem até a caminhada no meio de processos que ocorrem para além da aprendizagem, de forma a garantir o ensino de conteúdos e atividades que são considerados fundamentais para aquele estágio de formação do aluno, e, por meio desse processo, criar nos alunos mecanismos de mobilização de seus saberes anteriores construídos em outros espaços educativos (Franco, 2016, p. 547).

Vanessa Prado (2023) destaca que, no decorrer do processo de inclusão, é importante que as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores, principalmente, durante a alfabetização dos alunos com Síndrome de Down, sejam práticas que acolham os estudantes, garantindo acessibilidade e seus direitos que são estabelecidos pelas leis. Além disso, é necessária a utilização de metodologias que favoreçam o desenvolvimento dos mesmos e respeitem as particularidades de cada um, conforme Susana Pimentel (2007, p.32),

As diversas práticas de inclusão da pessoa com Síndrome de Down têm demonstrado que a mesma: 1. estimula o desenvolvimento de habilidades na convivência com as diferenças; 2. oportuniza interação entre alunos –

aprendizagem colaborativa; 3. favorece aspectos do desenvolvimento geral e aprimoramento da linguagem; 4. deve ser pautada no atendimento às necessidades educacionais específicas, sem abandonar os princípios básicos da educação propostos aos demais alunos; 5. prevê um trabalho voltado para potencialidades; 6. requer, em algumas situações, um processo de adaptação curricular.

No entanto, é notório que as práticas pedagógicas inclusivas realizadas pelos professores para a inclusão de alunos com SD, são eficazes, proporcionando o desenvolvimento de diversas habilidades. Juliana Freitas cita que “As práticas inclusivas se fazem importantes também por não atingirem apenas alunos com dificuldades de aprendizado, mas todos os alunos envolvidos, por considerar as diferentes ações didáticas de ensinar e aprender (Freitas, 2018, p. 57). Na perspectiva de Cláudia Herthel é fundamental que as práticas pedagógicas tenham uma fundamentação teórica, e principalmente atividades adaptadas em

Que a criança com Síndrome de Down, quando exposta a estímulos, a instruções e a mediações baseadas em práticas pedagógicas com fundamentação teórica e atividades diversificadas e adaptadas, que envolvam materiais concretos, jogos, brincadeiras e meios tecnológicos com o intuito de auxiliar a compreensão, o interesse e o envolvimento, é capaz de favorecer a aprendizagem dos números e o processo de quantificação e contagem (Herthel, 2018, p. 16)

Desse modo, é necessário que a criança com SD tenha acesso as diversas atividades adaptadas conforme as necessidades específicas, seja, por meio de brincadeiras, materiais adaptados e a utilização de tecnologias. Como propõe Cláudia Herthel “Trata-se de uma nova forma de educar, em que a pessoa com deficiência é acolhida e a escola considera suas necessidades e se modifica para atendê-las (Herthel, 2018, p. 19).

É importante ressaltar que as práticas pedagógicas podem se organizar seguindo perspectivas teóricas diversas, a exemplo da tradicional e construtivista. De acordo com Libâneo (1992) a abordagem tradicional consiste em repassar os conhecimentos para os alunos, tornando uma aprendizagem mecânica, assim, “a retenção do material ensinado é garantida pela repetição de exercícios sistemáticos e recapitulação da matéria” (Libâneo, p. 10), ademais, o contato entre o professor-aluno, não ocorre de forma participativa, consequentemente, o aluno dentro desta perspectiva teórica, não é visto como centro do seu próprio processo de ensino-aprendizagem, predominando somente os conhecimentos do professor. Referente a teoria do construtivismo desenvolvida por Piaget (2007), refere-se ao

ensino construído pelos próprios alunos, desempenhado um papel ativo no processo de aprendizagem. As autoras Flávia Nieman e Fernanda Brandoli (2012, p. 7) abordam que,

O construtivismo propõe que o aluno participe ativamente do próprio aprendizado, mediante a experimentação, a pesquisa em grupo, o estímulo a dúvida e o desenvolvimento do raciocínio, entre outros procedimentos. A partir de sua ação, vai estabelecendo as propriedades dos objetos e construindo as características do mundo. Noções como proporção, qualidade, causalidade, volume e outras coisas, surgem da própria interação da criança com o meio em que vive.

Dessa forma, pode-se perceber a importância da abordagem de Piaget, a teoria do construtivismo que é construída a partir de uma prática educativa consciente e inclusiva, levando em consideração o aluno. Como é abordado por Prado (2016), um processo educativo que ocorre de forma organizada e intencional, abordando a criticidade e reflexão. Assim, as práticas pedagógicas adaptadas promovem aos alunos com SD desenvolverem suas habilidades educacionais, como também, habilidades sociais e cognitivas.

2.3 Documentos reguladores da PCD

Assim, nos últimos anos, é perceptível a partir de resultados apresentados em pesquisas acadêmicas, que abordagens específicas de práticas pedagógicas com estratégias de ensino podem melhorar o aprendizado e, principalmente, a participação de alunos com SD no ensino regular. Desse modo, Pereira *et al* (2016, p. 14) abordam que,

É importante que o professor crie, na sala de aula, situações que permitam trabalhos em grupo, para maior interação, melhor convívio e resultados nas dinâmicas. Dando-lhes atenção, sabendo que este é um elemento crucial para a expansão dos professores.

No entanto, é importante que os professores durante suas práticas busquem fazer adaptações curriculares, sobretudo trabalhos em grupo, pois estimula a interação e participação de todos. Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aborda acerca de metodologias e estratégias, orientando sobre a importância de

Selecionar e aplicar metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas, recorrendo a ritmos diferenciados e a conteúdos complementares, se necessário, para trabalhar com as necessidades de diferentes grupos de alunos, suas famílias e cultura de origem, suas comunidades, seus grupos de socialização etc (Brasil, 2018, p. 17).

Na Lei N° 13.146, que garante a Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), o Art. 27 afirma que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015).

Dessa forma, o Direito à Educação para as pessoas com deficiência é garantido por Lei, para que ocorra o desenvolvimento de suas habilidades contribuindo para o processo de aprendizagem de acordo com suas necessidades.

Nesse sentido, é notório refletir a respeito da relevância de práticas pedagógicas para o desenvolvimento educacional dos alunos com Síndrome de Down, através de metodologias e estratégias didático-pedagógicas dinâmicas e que inclua o aluno com SD em todas as práticas realizadas em sala de aula, para que de fato ocorra a inclusão.

Ademais, promove-se a reflexão acerca da relevância de práticas pedagógicas no processo de desenvolvimento de alunos com Síndrome de Down, bem como contribui para os professores por meio da análise desta pesquisa, possibilitando-lhes um novo olhar sobre a própria metodologia utilizada em sala de aula.

A partir dos anos de 1970 começou a surgir o movimento das pessoas com deficiência, lutando pelos seus direitos. Desde então, no Brasil iniciou uma grande mudança no campo educacional, garantindo a Inclusão das Pessoas com Deficiência em salas de aulas.

No ano de 1975 é criada a Declaração dos Direitos das Pessoas¹ Deficientes, essa Resolução é aprovada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, essa Resolução proclama que,

As pessoas deficientes têm direito a tratamento médico, psicológico e funcional, incluindo-se aí aparelhos protéticos e ortóticos, à reabilitação médica e social, educação, treinamento vocacional e reabilitação, assistência, aconselhamento, serviços de colocação e outros serviços que lhes possibilitem o máximo desenvolvimento de sua capacidade e habilidades e que aceleram o processo de sua integração social (Brasil, 1975).

Ou seja, é perceptível que foi um marco importante essa Declaração, afirmando e garantindo os direitos das pessoas com deficiência a serviços que são essenciais, e

¹ Vale ressaltar que não é mais apropriada a linguagem “pessoas deficientes” e “portadores de deficiência”, esses termos foram reformulados a partir da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, define “pessoa com deficiência” conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI).

principalmente, que são direitos dos mesmos. Abrangendo aspectos médicos e educacionais, tendo como objetivo garantir o suporte para as PcDs conviver em sociedade de forma ativa.

Outrossim, de acordo com a Lei nº 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), garantido no “Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: no ponto III - atendimento educacional especializado aos portadores¹ de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1990, p. 39).

Dessa forma, as crianças e os adolescentes com deficiência são assegurados por essa Lei do ECA, no ensino regular. Ao longo da escolaridade os alunos com SD, enfrentam diversos desafios, como também, os enfrentam os professores.

Dentre esses desafios enfrentados pelos alunos com SD as autoras Cristina Silva, Mônica Duhart, Patrícia Pereira (2019) destacam as limitações próprias da síndrome, que está relacionado ao desenvolvimento cognitivo, dificultando o raciocínio e a resolução de problemas, dificuldade de fala e linguagem, audição e problemas relacionados à visão, como também, concentração mais curta.

Em relação ao trabalho educativo do professor em sala de aula, o principal desafio está relacionado ao planejamento de aulas com estratégias que possibilitem aos alunos com SD uma aprendizagem significativa, que seja coletiva e não seja individualizada.

Além disso, destacamos a escassez de capacitação adequada dos professores para saber trabalhar com os alunos, tendo assim, ausência de conhecimento de como fazer seus planejamentos e buscar estratégias para a realização de práticas pedagógicas eficientes. Esta é uma das lacunas que existem em relação às práticas pedagógicas para alunos com Síndrome de Down no ensino regular.

Outro marco que foi de suma importância para a garantia dos direitos, foi a Declaração de Salamanca (1994) acerca dos princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais, que ocorreu na Espanha. Na primeira Declaração de Salamanca é declarado que,

[...] toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades, aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras,

construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (Espanha, 1994).

Dessa forma, a Declaração de Salamanca, assim como as demais leis e decretos são fundamentais para atender as necessidades educativas na inclusão das PcDs. Ressaltando cada vez mais que todos os alunos tenham acesso à Educação e a oportunidade de estarem em nível adequado de aprendizado, sobretudo, garantir que o sistema educacional se adapte de acordo com a diversidade.

Ademais, a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 dispõe sobre a prioridade de atendimento, assim como, a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que prevê a acessibilidade. Na contemporaneidade, a Resolução nº 4 de 2009 determina as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica, na modalidade Educação Especial, no art. 2º essa Resolução detalha que “O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem” (Brasil, 2009, p. 1).

Acerca da Inclusão da Pessoa com Deficiência existe a Lei nº 13.146, 6 de Julho de 2015, é voltada para assegurar e promover condições de igualdade para as PcDs, no que diz respeito sobre o direito à Educação,

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação (Brasil, 2015, p. 12).

A inclusão em sala de aula de alunos com Síndrome de Down no ensino regular necessita não apenas adaptações curriculares, mas também um ambiente escolar que favoreça a aceitação e principalmente apoio mútuo entre alunos e professores. Desta maneira, é importante a forma como o ambiente escolar está organizado e que aconteça a implementação de práticas pedagógicas inclusivas que possibilitem o desenvolvimento de alunos com Síndrome de Down.

Consequentemente, no ano de 2016 a Lei nº 13.409 garante a reserva de vagas para as PcDs em cursos técnicos, como também, em cursos de instituições públicas de ensino

Superior. O Ministério da Educação pública, em 2018, a Portaria nº1.117, que compreende pessoa com deficiência como aquela que “[...] tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.” Esta mesma portaria definiu também acerca do percentual das PcDs do Censo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e também, sobre as cotas ofertadas em instituições públicas de ensino.

Desse modo, é notório que, a partir da trajetória legislativa, como também, no que se refere às políticas públicas voltadas para a inclusão das pessoas com deficiência no Brasil, houve um avanço significativo ao longo dos anos. Com a criação da Declaração de Salamanca, no ano de 1990, até 2016, com a criação da Lei nº 13.409 com a garantia de vagas em diversas instituições para as PcDs, é possível observar um progresso contínuo, afirmando cada vez mais a necessidade do reconhecimento dos direitos e garantias fundamentais para a educação inclusiva.

Em relação aos desafios anteriormente citados, se referem às limitações da própria SD, podendo ter melhoria com o AEE. Já relacionado ao trabalho educativo do professor surge a necessidade de capacitação, visando a busca por estratégias pedagógicas. Considerando essas premissas, o estudo sugere responder a seguinte questão: Quais são as práticas pedagógicas discutidas nos trabalhos da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações, utilizadas por professores no ensino de alunos com Síndrome de Down?

3 PROCEDIMIENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A abordagem a ser realizada caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e bibliográfica. De acordo com o autor Gil (2008) “As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores (Gil, 2008, p. 27), ou seja, a pesquisa exploratória visa esclarecer ideias acerca de determinado assunto. Conforme o autor, essa pesquisa garante e proporciona uma visão geral e mais próxima de determinado fato. Em relação a pesquisa bibliográfica,

É desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo (Gil, 2008, p. 50).

A pesquisa exploratória foi fundamentada por meio da revisão de literatura realizada em artigos, livros, Leis, Diretrizes e a BNCC. O procedimento metodológico desta investigação será desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica, a partir de um levantamento acerca das práticas pedagógicas que são utilizadas por professores no ensino de alunos com Síndrome de Down. Serão utilizadas palavras-chave no campo de pesquisa da plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD): educação inclusiva, Síndrome de Down e práticas pedagógicas para alunos com SD.

A partir disso, serão realizadas a identificação, seleção e análise de teses ou dissertações que abordam conteúdos voltados para as práticas pedagógicas realizados por professores para os alunos com SD, quais as dificuldades enfrentadas por eles, bem como, sugestões para trabalhar com esses alunos, com base nos resultados das pesquisas.

De acordo com o pensamento do autor Gil (2008) existem alguns métodos relacionados aos meios técnicos da investigação que visam a objetividade e precisão do estudo, dentre esses métodos encontra-se o método comparativo que,

[...] procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles. Sua ampla utilização nas ciências sociais deve-se ao fato de possibilitar o estudo comparativo de grandes agrupamentos sociais, separados pelo espaço e pelo tempo (Gil, 2008, p. 16).

Assim, a partir do levantamento bibliográfico na BDTD e escolha dos trabalhos, serão analisados e utilizados o método comparativo para analisar os dados disponíveis acerca das práticas pedagógicas presentes nas teses e dissertações que abordam esta temática. Essa análise vai permitir investigar quais são as práticas pedagógicas utilizadas com alunos com Síndrome de Down, sua importância e, ainda, destacar quais são as estratégias mais utilizadas para contribuição do desenvolvimento desses alunos. A seguir tabela 1, relacionada, respectivamente, ao quantitativo de teses e dissertações publicadas no site; e a tabela 2, relacionada às que abordam sobre a educação inclusiva de pessoas com Síndrome de Down e as práticas pedagógicas utilizadas no desenvolvimento educacional e social destas.

Tabela 1: Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações

Total de Documentos	912.531
Dissertações	663.650
Teses	248.881

Fonte: Januario (2025).

Tabela 2: Teses e Dissertações sobre Síndrome de Down

Educação Inclusiva	5.505 documentos
Síndrome de Down	886 documentos
Práticas Pedagógicas para alunos com SD	59 documentos

Fonte: Januario (2025).

Embora a busca com a palavra-chave Práticas Pedagógicas para alunos com SD tenha nos apresentado o resultado de 59 documentos de tese e dissertações, após a leitura cuidadosa dos resumos identificamos que, na verdade, somente 9 realmente tratavam da temática concernente às Práticas Pedagógicas para alunos com SD. Destas, 1 tese e 8 dissertações, que se tornaram objeto de investigação desta pesquisa.

Para apreender os resultados da leitura dos resumos 9 documentos de tese e dissertações e, conseqüentemente, auxiliar nossa análise, organizamos uma tabela com os seguintes elementos: trabalho, autor(a), ano, práticas pedagógicas e título. Após preenchida,

essa tabela nos permitiu perceber a dimensão da quantidade de documentos que realmente trata da temática da pesquisa. Afim de elencar com rigor metodológico as práticas pedagógicas evidenciadas nesses 9 trabalhos científicos, organizamos a tabela que segue:

Tabela 3: Práticas Pedagógicas

Trabalho	Autoras	Ano	Práticas Pedagógicas	Título
1	Shirley Macedo	2007	Desenhos mimeografados para as crianças preencherem.	A INCLUSÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN EM ESCOLAS DE GOIÂNIA
2	Susana Pimentel	2007	Atividades planejadas; Criação de ZDP's; Problemática dos erros da criança com SD e do grupo; Utilização de conceitos do cotidiano.	(COM)VIVER (COM) A SÍNDROME DE DOWN EM ESCOLA INCLUSIVA: mediação pedagógica e formação de conceitos
3	Juliana Mantelatto	2009	Projetos paralelos de leitura; Tarefas de caligrafia; Trabalhos da rotina.	TRAJETÓRIA ESCOLAR DE LETÍCIA: UMA ADOLESCENTE COM SÍNDROME DE DOWN
4	Daiane Costa	2011	Livro didático; Proposta em módulos; Ajustes nas atividades em sala de aula.	A MEDIAÇÃO DE PROFESSORES NA APRENDIZAGEM DA LÍNGUA ESCRITA DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN
5	Aline Marques	2016	Avaliação da escrita inicial; Atividades de escrita, desenhos, pinturas, brincadeiras e modelagem.	ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN BA ESCOLA: um estudo de caso

6	Juliana Freitas	2018	Metodologias ativas; Trabalho de campo; Construção de mapas mentais; Aulas invertidas e Trabalhos em grupos.	PERCEPÇÕES E PRÁTICAS DE PROFESSORES DA REDE BÁSICA ACERCA DO ENSINO DE GEOGRAFIA PARA ALUNOS COM SÍNDROME DE SOWN: um estudo de caso
7	Claúdia Herthel	2018	Faz-de-conta e estimulação da linguagem.	A CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN E O NÚMERO: uma proposta de atividades inclusivas de contagem
8	Polyane Freitas	2019	Trabalhos com o calendário; Datas comemorativas; Pinturas, recorte, colagem e folhear revistas.	CONTRIBUIÇÕES DA ESCALA DE INTESIDADE DE APOIO AO PLANEJAMENTO E PRÁTICA DO PROFESSOR PARA JOVENS COM SÍNDROME DE DOWN
9	Mariane Araújo	2019	Organização em dupla e em grupo; Delimitação das áreas utilizadas nas atividades; Instruções individuais e coletivas; Jogos lúdicos e brincadeiras.	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL FRENTE Á ACESSIBILIDADE CURRICULAR DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN

Fonte: Januario (2025).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, realizaremos a análise dos dados dos 9 trabalhos que foram selecionados pelo levantamento bibliográfico na BDTD. Consequentemente serão feitas as discussões a partir das diversas práticas pedagógicas utilizadas pelos professores para o desenvolvimento educacional e social de alunos com Síndrome de Down. As práticas pedagógicas de cada investigação, estão elencadas do número 1 até ao 9.

4.1 Prática pedagógica 1 – Desenhos mimeografados

A dissertação de Shirley Macedo constatou que, no Ensino Regular, há uma predominância da utilização de desenhos mimeografados para as crianças preencherem, a professora ler uma história e em seguida é entregue o desenho mimeografado para todos os alunos da turma, conforme é mencionado pela autora “colorir sem sair do limite” e “pintou direitinho as figuras”. “Constatou-se que todos os alunos receberam a mesma tarefa mimeografada” (Macedo, 2007, p 75). Dessa forma, existe uma preocupação com esse tipo de prática pedagógica, podendo limitar e, sobretudo, comprometer o aprendizado e inclusão dos alunos com SD, deixando de lado a criatividade dos mesmos, limitando-os somente ao desenho pronto. Macedo afirma que,

Infelizmente, verificamos que a escola pública tem privado seus alunos da experimentação estética, como também não reconhece que as crianças devem desenhar para desenvolverem o grafismo e, posteriormente, serem alfabetizadas. Também no caso das crianças com Síndrome de Down, desenhar é importante, já que as fases do desenvolvimento são as mesmas das outras crianças, porém mais lentas, o que demanda exercícios para que possam desenvolver-se (Macedo, 2007, p. 41)

De acordo com a autora, uma das principais limitações é o desconhecimento por parte dos professores sobre as necessidades educativas relacionadas à aprendizagem dos alunos com SD e isso acaba interferindo na aprendizagem do aluno. As professoras ao serem questionadas sobre qual era as dificuldades vivenciadas em sala de aula e foi constatado em dificuldades de como trabalhar com os alunos com SD, a necessidade de ter outra professora em sala de aula, a falta da parceria das famílias com a escola e a falta de informação.

Com base nos dados analisados da pesquisa de Shirley Macedo (2007), entende-se que a prática pedagógica de desenhos mimeografados utilizada pela professora no Ensino Regular, reflete uma abordagem de ensino tradicional, fazendo com que o aluno com SD limite sua

própria criatividade e o desenvolvimento motor do mesmo. A atividade em questão citada anteriormente, “colorir sem sair do limite” e “pintou direitinho as figuras”, restringe e pode trazer impactos negativos no desenvolvimento de habilidades cognitivas e criativas dos alunos, outro ponto que nos chama atenção é o fato de todos os alunos realizarem a mesma atividade sem levar em consideração as especificidades dos alunos com SD, isso mostra uma realidade preocupante nas escolas, durante o processo de práticas inclusivas.

4.2 Prática pedagógica 2 – Atividades planejadas

De acordo com a pesquisa de Susana Pimentel (2007), foi notado que no Ensino Regular, são realizadas atividades planejadas para contribuir com a superação de dificuldades das crianças; criação de Zonas de Desenvolvimento Proximal (ZDP's) através do fornecimento de níveis de ajuda para a criança com SD se aproprie das ajudas e tenha autonomia na resolução das atividades; problematização dos erros da criança com SD e do grupo e a utilização de conceitos do cotidiano, para, a partir deles, estabelecer relações com conceitos científicos.

Assim, as atividades planejadas são essenciais, pois requerem um preparo específico na sua elaboração, reforçando a concepção de Libâneo (2013) que compreende o ato de planejar como um processo em que o professor utiliza a racionalização, organização e coordenação, para que haja a articulação do contexto social com as atividades escolares. Como também, a criação de Zonas de Desenvolvimento Proximal (ZDP), da teoria de Vygotsky (1997), que tem como objetivo oportunizar desafios de acordo com o nível de desenvolvimento de cada aluno. Essa prática é de suma importância, pois leva em consideração o nível de desenvolvimento de cada aluno, já que busca, de forma específica, as necessidades individuais, ou seja, é centrado no aluno.

Bem como, a problematização dos “erros” que são cruciais para o processo de aprendizagem, o erro tem um papel importante no processo de Ensino-aprendizagem, é a partir dos erros que os professores podem identificar se as suas práticas estão sendo eficazes para a construção de conhecimentos dos alunos, vale ressaltar que as estratégias utilizadas para a correção dos erros cometidos têm um peso gigantesco na vida dos alunos, sendo capaz de causar traumas e sentimentos como insuficiência, vergonha, medo entre outros sentimentos. Como também, a utilização de conceitos do cotidiano em que é possível fazer relações com outros conceitos, principalmente científico.

Sendo assim, o papel do professor é contribuir na construção do conhecimento dos alunos, e não causar medo e pânico, mas sim, construir uma relação em que o processo de Ensino-Aprendizagem seja capaz de superar a visão de que o erro é algo inadmissível, e que é por meio dele que ocorre a aprendizagem.

Em conformidade com a pesquisa realizada pela autora foi possível constatar que “a formação do professor é imprescindível para o sucesso do processo de inclusão de estudantes com SD na escola regular. A ausência de informações sobre a SD acaba por criar preconceções e baixa expectativa dos professores sobre o processo de aprendizagem da criança com SD” (Pimentel, 2007, p. 185).

É possível afirmar, através da pesquisa de Susana Pimentel (2007) que as atividades planejadas, a Criação (ZDP) e a problematização dos erros são práticas muito relevantes, por serem uma abordagem que tem o aluno como o centro da construção do seu próprio conhecimento. Levando em consideração o nível de desenvolvimento de todos os alunos da turma, como também, leva os alunos a valorizarem e compreenderem melhor os “erros” no seu processo de aprendizagem e ajuda aos alunos com SD a terem essa percepção de que errar faz parte do processo de ensino-aprendizagem, para que assim se sintam acolhidos. Como foi mencionado anteriormente, a formação dos professores é essencial para a realização de práticas inclusivas, proporcionando total conhecimento acerca das especificidades dos alunos com SD, podendo adaptar melhor suas metodologias em sala de aula.

4.3 Prática pedagógica 3 – Projetos paralelos

De acordo com a pesquisadora Juliana Mantelatto (2009), as práticas realizadas pelos professores são projetos paralelos de leitura, no sentido de estimular a leitura e aumentar o repositório de palavras; tarefas de caligrafia para melhorar a coordenação motora e trabalhos de rotina voltado para a própria autonomia. Em relação aos projetos paralelos de leitura, é perceptível a importância da leitura para o desenvolvimento da linguagem dos alunos, principalmente em relação à inclusão social dos alunos com SD, pois proporciona uma interação com os demais alunos. Conforme as autoras Ana Oliveira, Edla Trigueiro e Eliane Testa (2020, p. 111),

A literatura tem um papel fundamental para a educação inclusiva, e fazer da leitura literária uma prática cotidiana - podendo ser realizada de forma estimulada e mediada - significa potencializar o indivíduo em sua busca por mais autonomia. Além do mais, sabemos que há textos literários que

desencadeiam recepções que podem nos ajudar com questões da diversidade e da alteridade.

Assim, é notório que essa prática de leitura realizada por professores é de grande importância e que desempenha um papel crucial para o desenvolvimento da linguagem e autonomia dos alunos com SD, como também, pode-se trabalhar diversos assuntos que possibilitam a inclusão e diversidade. Já as tarefas de caligrafia citadas pelos professores, proporcionam o desenvolvimento motor fino, vale ressaltar que essa prática de caligrafia, de acordo com o José Libâneo (1992) é um método tradicional, que tem como intuito a memorização, através de exercícios de repetição e o seu principal objetivo é disciplinar e formar hábitos.

No que diz respeito aos trabalhos de rotina de sala de aula, são fundamentais para os alunos com SD, estimular a autonomia, tanto pessoal, quanto social. Assim, a autora Juliana Mantellato (2009) afirma que o fator biológico da Síndrome de Down não é um fator determinante para a exclusão desses alunos ao longo da trajetória escolar, bem como, existe a necessidade de formação dos professores para lidar com alunos com SD em sala de aula. Como também, “o desconhecimento perpetua atitudes preconceituosas como, por exemplo, generalizar características físicas e comportamentais a todos os que apresentam a síndrome, sem considerar a singularidade de cada um em sua totalidade como ser humano” (Mantellato, 2009, p. 123).

Considerando os aspectos discutidos, percebe-se que as atividades de projetos paralelos de leitura têm a capacidade de estimular o desenvolvimento dos alunos com SD, principalmente, no que diz respeito a linguagem. A leitura desempenha um papel importante durante esse processo, ajudando a promover a socialização do aluno com SD com os demais alunos da sala, em relação aos trabalhos de rotina são fundamentais, também, proporcionando autonomia e resultando no aperfeiçoamento de habilidades cognitivas e sociais. Ademais, no que se refere às tarefas de caligrafia é uma abordagem tradicional, que possui aspectos negativos como a repetição de letras, limitando o aluno a realizar um padrão estabelecido em determinada tarefa.

4.4 Prática Pedagógica 4 – Livros didáticos

A pesquisa de Daiane Costa (2011) evidencia no Ensino Fundamental I a utilização de livros didáticos; propostas em módulos tendo o material desenvolvido na escola e ajustes das atividades em salas. A autora Marisa Lajolo (1996, p. 4) aborda que,

Didático, então, é o livro que vai ser utilizado em aulas e cursos, que provavelmente foi escrito, editado, vendido e comprado, tendo em vista essa utilização escolar e sistemática. Sua importância aumenta ainda mais em países como o Brasil, onde uma precaríssima situação educacional faz com que ele acabe determinando conteúdos e condicionando estratégias de ensino, marcando, pois, de forma decisiva, o que se ensina e como se ensina o que se ensina.

Dessa forma, Lajolo, aborda que no Brasil o livro didático é constantemente utilizado, causando impactos no cenário educacional. A utilização do livro didático remete a uma abordagem de ensino tradicional, pois é um livro com determinados conteúdos estabelecidos, seguindo uma sequência e limita o professor, decidindo a forma como vai ser ensinado tal conteúdo. Daiane Costa afirma que os “professores realizam na aprendizagem da língua escrita da criança com Síndrome de Down, se baseiam na concepção de linguagem tradicional para alfabetizar (Costa, 2011, p. 8).

Atividades propostas em módulos, possuem pontos positivos, pois visa a divisão em etapas facilitando o processo de aprendizagem, e os ajustes das atividades em sala de aula são significativas, consequentemente garante aos alunos individualmente os ajustes necessários de acordo com as suas dificuldades.

Diante do que foi apresentado, nota-se que a utilização de livros didáticos é uma prática pedagógica tradicional, como foi citado em um momento anterior por Daiane Costa (2011) afirmando que essa abordagem é comum para alfabetizar os alunos com SD, contudo esse tipo de abordagem limita o aluno, em virtude de que os livros didáticos detêm uma sequência de conteúdos estabelecidos. Dessa forma, é significativo que os professores se atentem sobre essa questão e busquem adaptarem as atividades por meio de recursos adicionais que possam contribuir da melhor forma possível, atendendo às necessidades específicas não somente dos alunos com SD, mas também, de todos os alunos presentes na turma. A ideia das propostas em módulos e ajustes das atividades em sala de aula são fundamentais em razão de ser uma abordagem personalizada que busca atender o ritmo de cada aluno.

4.5 Prática Pedagógica 5 – Avaliação da escrita inicial

A pesquisa de Aline Marques (2011) aponta que na Educação Infantil são realizadas avaliação da escrita inicial, atividades de escritas, desenhos, pinturas, brincadeiras e modelagens. É fundamental a realização de avaliações na Educação Infantil (EI), de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2010, p. 29) aborda que,

As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para o acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo: a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano; utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.).

É possível perceber que a avaliação na EI tem como objetivo o desenvolvimento das crianças, no sentido de que a avaliação pode ser feita de diversas maneiras, sem o intuito de classificação, mas sim, por meio da observação crítica, ao longo desse processo o professor possui uma visão diagnóstica acerca de cada criança. Então, essa avaliação da escrita inicial, bem como, atividades de escrita são consideráveis para as crianças com SD, proporcionam uma análise de como está o processo de aprendizagem e faz com que o professor crie estratégias adequadas para a criança.

Ao longo desta investigação feita por Aline Marques, foi possível constatar “que práticas tradicionais de alfabetização continuam a serem utilizadas com os alunos com síndrome de Down (Marques, 2011, p. 56), tal como, “Os resultados mostraram a necessidade de formação inicial e continuada para os professores de classe comum atuarem com alunos com síndrome de Down (Marques, 2011, p. 7)

Em relação às brincadeiras, são um dos eixos essenciais como práticas pedagógicas, como proposta curricular da DCNEI (2010), promovendo diversos conhecimentos de si mesmo, como também sobre o mundo que os rodeia. Definindo a criança como um,

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (DCNEI, 2010. p. 12).

Assim, a criança é um sujeito histórico e principalmente cultural na sociedade, tendo como uma das suas especificidades na infância que é o brincar, é através das brincadeiras que a criança é capaz de produzir cultura, de aprender e se reinventar de diferentes formas.

Do mesmo modo, as atividades de desenhos, pinturas e modelagens são cruciais para o desenvolvimento dos alunos com SD, proporcionando avanço em aspectos cognitivos, coordenação motora, sobretudo, desenvolvendo o lado emocional e social. Eliane Moura e Marilene Paim (2019, p. 98) enfatizam que,

Através do desenho, a criança brinca e se expressa. Ela demonstra o seu lado afetivo, manifestando diferentes emoções, seus sentimentos, a sua relação com a família, os amigos, a escola. Por meio dos rabiscos feitos pela criança, até mesmo pelas cores usadas, ela demonstra o que está sentindo.

A partir das informações expostas, é perceptível que a utilização de avaliações da escrita inicial na EI, são indispensáveis para fazer o acompanhamento do aluno com SD, sobretudo quando é realizada de forma contínua e crítica, sabemos que a realização dessa avaliação na EI não é no sentido de classificar, mas sim, analisar como está o desenvolvimento de cada criança, para que o professor possa criar estratégias para a realização das suas práticas pedagógicas.

Já as atividades de escrita inicial, desenhos, pinturas, brincadeiras e modelagens propiciam habilidades cognitivas, motoras e emocionais. Como mencionado pela DCNEI as crianças devem explorar a realidade a sua volta, assim, os professores precisam oportunizar aos seus alunos práticas que sejam de acordo com as especificidades de cada um, para tal a formação continuada dos professores é indispensável com a finalidade de práticas inclusivas e adaptadas.

4.6 Prática Pedagógica 6 – Metodologias Ativas

De acordo com pesquisa de Juliana Freitas (2018) percebe-se a utilização de metodologias Ativas que colocam os alunos como centro de sua própria aprendizagem; trabalho em campo; construção de mapas mentais em que os alunos levam para a sala de aula os conhecimentos previamente construídos; aulas invertidas que colocam os alunos no papel de pesquisa e de organização das ideias e trabalhos em grupos que os alunos possam trabalhar de forma colaborativa. Conforme Cunha *et al* (2022, p. 2),

As metodologias ativas (MAs) tratam-se de um conjunto de alternativas pedagógicas que visam facilitar a aprendizagem dos estudantes e/ou proporcionar uma educação crítica e problematizadora da realidade, a partir do redirecionamento do estudante para o centro do processo de construção de conhecimento.

Ou seja, as práticas de metodologias ativas realizadas pelos professores, diferentes das práticas tradicionais, têm um papel muito importante, pois é por meio das MAs que tem como finalidade facilitar o processo de aprendizagem dos alunos, tendo uma aprendizagem crítica e problematizadora, em que o próprio aluno constrói o seu conhecimento. Assim, essa metodologia ativa tem um grande desempenho positivo na aprendizagem dos alunos com SD, as práticas são voltadas com enfoque no aluno e o professor é o mediador do processo de aprendizagem.

Em relação às práticas de construção de mapas mentais, ressalta-se que estes são essenciais para o desenvolvimento e aprendizado de alunos com SD, pelo fato de ser uma representação gráfica e ajudar bastante na visualização e organização dos conteúdos. Esta prática possibilita um aprendizado significativo, já que o aluno com SD possui facilidade de aprender através do estímulo visual, bem como, vai auxiliar na memorização e autonomia. Em conformidade com Aragão *et al* (2013, p, 212) “a estimulação visual precoce é de extrema importância, pois visa principalmente minimizar as alterações visuais, prevenindo as complicações decorrentes”.

Os trabalhos em grupos, como aborda Pereira *et al* (2016), são uma das estratégias que facilitam o processo de aprendizagem e principalmente de inclusão dos alunos com SD, como também, proporcionam uma interação maior com todos os alunos da turma. Conforme Susana Pimentel (2007) o processo de mediação pedagógica e a participação dos alunos com SD em dupla ocorre de forma mais efetiva.

Assim, com essa pesquisa “Constatou-se a falta de orientação frente ao processo inclusivo, tanto na formação inicial, quanto nas formações continuada e em serviço (Freitas, 2018, p. 9). Conforme os dados apresentados, é evidente que a implementação das Metodologias Ativas é eficaz e oferece uma aprendizagem inclusiva aos alunos com SD, durante esse processo que coloca o aluno no centro da sua própria aprendizagem, as MAs permitem que os alunos com SD sejam protagonistas, contribuindo positivamente para autonomia e autoestima dos mesmos.

Referente a construção de mapas metais, trabalhos em campo, aulas invertidas e trabalhos em grupos, os professores utilizaram uma ótima abordagem com estratégias que contribuem para a troca de conhecimentos e a colaboração em grupo, melhorando as competências sociais favorecendo o processo de inclusão com toda a turma, através da participação ativa e respeitando os ritmos/estilos de aprendizagens de cada aluno.

4.7 Prática Pedagógica 7 – Brincadeiras de faz-de-conta

A autora Claudia Herthel (2018) percebeu por meio da sua investigação que as professoras realizam brincadeiras de faz-de-conta e estimulação da linguagem através de cantigas cantadas pelos alunos. As brincadeiras de faz-de-conta são essenciais para o desenvolvimento da linguagem, pois como reforçam Queiroz, Maciel e Branco (2006, p. 171) “A brincadeira e o jogo de faz-de-conta seriam considerados como espaços de construção de conhecimentos pelas crianças, na medida em que os significados que ali transitam são apropriados por elas de forma específica”. Conforme o pensamento de Herthel (2018, p. 44)

O faz-de-conta, a imitação, a representação de papéis devem ser valorizadas, incentivadas e exploradas no ambiente educacional, sobretudo porque elas favorecem a expressão de sentimentos, a autonomia, a formação emocional, social e cognitiva. Elas são construtivas para o conhecimento do mundo a sua volta.

Assim, podemos perceber que o faz-de-conta para as crianças proporciona uma construção de conhecimentos e que dependendo do papel que lhe foi atribuído, cada criança dá um significado específico para essa brincadeira. E ainda, proporciona a autonomia, como também, o desenvolvimento emocional, social e cognitivo. Como constata a autora a criança com SD “pegou a boneca de uma criança e brincou sem pedir permissão; deu função ao brinquedo e o tratou como bebê. A expressão corporal de ninar a boneca reforça a sua habilidade de imitação” (Herthel, 2018, p. 44).

Sobre essa perspectiva, conclui-se que as práticas pedagógicas de brincadeiras de faz-de-conta e estimulação da linguagem, como foi citado na pesquisa de Cláudia Herthel (2018), são essenciais nessa etapa da EI promove o desenvolvimento emocional, social e cognitivo das crianças com SD, o faz-de-conta além de ser uma prática divertida proporciona a criatividade e imaginação, possibilita a exploração de diversos papéis de maneira dinâmica, desenvolvendo habilidades da linguagem e expressividade que é uma habilidade crucial para ser trabalhada nas crianças.

4.8 Prática Pedagógica 8 – Trabalhos com calendário

Partindo da investigação de Polyane Freitas (2019), detectou que são realizados trabalhos com o calendário (da seguinte forma, trabalhando os dias da semana, meses e ano);

datas comemorativas (aniversário dos alunos e Dia do Índios²); pinturas, recorte, colagem e folhear revistas. De acordo com Zilma Oliveira (2011) as atividades como colagem e recorte e folhear são fundamentais para a estimulação da criatividade, proporcionando o desenvolvimento pessoal. Aborda que,

O manuseio de objetos e a participação em atividades diversas de livre expressão por meio da música, de gestos, de construções com papel, argila e blocos ou da linguagem possibilitariam que o mundo interno da criança se exteriorizasse, a fim de que ela pudesse, então, ver-se objetivamente e modificar-se, observando, descobrindo e encontrando soluções (Oliveira, 2011, p. 68).

Ou seja, as atividades de corte, colagens e folhear, permitem aos alunos manusear diversos objetos, sendo significativo para o processo de ensino aprendizagem. Em relação aos trabalhos com o calendário e as datas comemorativas, deve-se priorizar uma abordagem significativa, no sentido de que haja uma intenção educativa na aprendizagem das crianças, que não seja algo superficial. Cindy Gomes e Karolina Monteiro (2016, p. 156) destacam que,

Dessa maneira, quando se trata da importância das datas comemorativas no currículo da Educação Infantil, acredito que tenha sua relevância, pois também é uma maneira da criança estar aprendendo, desenvolvendo e crescendo; dado que a sua participação nas festividades e comemorações povoam seu universo infantil de fantasias, ampliando assim, suas experiências e aprendizagens. Mas, o que não pode haver é uma centralidade de aprendizagens sobre o tema.

Assim, as autoras chamam a atenção para a importância de trabalhar datas comemorativas, porém, deve ser abordado de forma clara para que as crianças possam compreender realmente qual o significado de tal data. É mencionado pela autora da pesquisa Polyane Freiras (2019) como ocorre essa prática pedagógica de datas comemorativas, “para facilitar, ela também ia comentando sobre datas comemorativas de cada mês e sobre os aniversariantes. Em seguida, foi distribuída a atividade, que consistia em pintar na folha sulfite os meses do ano, um de cada cor” (Freitas, 2019, p. 45)

Dermeval Saviani (2016, p. 56) faz uma crítica e traz reflexões acerca das datas comemorativas,

²É importante destacar que não é mais apropriada a linguagem “Dia do Índio”, essa nomenclatura é reformulada a partir da Lei nº 14.402, de 8 de julho de 2022, passando a ser nomeada como “Dia dos Povos Indígenas”.

[...]o ano letivo começa em fevereiro e logo temos a semana do índio, a semana santa, o dia do trabalho, a semana das mães, dia internacional das famílias, dia mundial do meio ambiente, as festas juninas; em agosto começa o segundo período letivo e logo chega o dia dos pais, a semana do soldado, semana do folclore, depois a semana da pátria, a semana da árvore, os jogos da primavera, semana da criança, festa do professor, do funcionário público, semana da asa, semana da República, festa da bandeira... e nesse momento já chegamos ao final de novembro. O ano letivo se encerra e estamos diante da seguinte constatação: fez-se de tudo na escola; encontrou-se tempo para toda espécie de comemoração, mas muito pouco tempo foi destinado ao processo de transmissão-assimilação de conhecimentos sistematizados.

Conforme o pensamento do autor, essa crítica está relacionada a maneira como é estruturado o calendário escolar, ou seja, é estruturado com diversas datas comemorativas que são trabalhadas ao longo do ano letivo, assim, a quantidade de datas acaba interferindo no processo de transmissão-assimilação de conhecimentos sistematizados como define Saviani, resultando em lacunas.

Em vista dessas práticas, abordadas na pesquisa de Polyane Freitas (2019), pode-se constatar que as abordagens de atividades com a utilização do calendário e datas comemorativas pode ser uma estratégia positiva se estiver significado educacional para os alunos, as atividades de pinturas, recorte, colagem e folhear revistas são práticas enriquecedoras no desempenho da criatividade, sobretudo, na coordenação motora dos alunos com SD. Ademais, é importante que as atividades com o calendário e datas comemorativas sejam trabalhadas de forma correta, com um intuito educativo e que não seja somente o principal centro do currículo, tenha uma ampliação maior além dessas datas comemorativas, no sentido, de mostrar a cultura e a diversidade presentes em vários contextos.

4.9 Prática Pedagógica 9 – Atividades em dupla e em grupo

A pesquisa realizada por Mariane Araujo (2019) revelou, na Educação Infantil, a presença de atividades como organização em dupla e em grupo; delimitação das áreas utilizadas nas atividades (com tempo adequado para realização das atividades); instruções individuais e coletivas; jogos lúdicos (de diferentes materiais para brincadeira livre) e brincadeiras.

Acerca da delimitação das áreas cita que é fundamental a organização dos espaços para que seja capaz de oferecer às crianças espaços para a exploração e novas descobertas, como também, oportunizar diversos materiais para que os mesmos possam vivenciar várias

brincadeiras. Os jogos lúdicos desempenham uma função importante para o desenvolvimento, permite a criatividade, habilidades sociais, aprendizado ativo, resolução de problemas e principalmente o raciocínio lógico, sobre brincar Zilda Oliveira (2020, p. 200) discute que,

As interações e o brincar criam situações nas quais as considerações, os questionamentos, as investigações e outras ações das crianças articulam-se às propostas trazidas pelos (as) professores (as) que criam oportunidades para que elas se apropriem dos elementos significativos de sua cultura referentes a um ou mais campos de experiências e elaboram sentidos pessoais, dinâmicos e provisórios.

Ou seja, as interações e o brincar tem a capacidade de proporcionar às crianças um ambiente, em que, sejam capazes de fazer questionamentos e principalmente investigações, ocorrendo assim, uma articulação com a mediação do professor (a).

Portanto, dentro dessa perspectiva, as práticas de organização em dupla e em grupo, os jogos lúdicos que foram identificados na investigação da autora Mariane Araujo (2019), nos mostram que essas estratégias utilizadas pelos professores na inclusão dos alunos com SD, são capazes de promover bastante interação, bem como, cooperação entre todos os alunos, especificamente ao aluno com SD. No que diz respeito a delimitação das áreas utilizadas nas atividades, instruções individuais e coletivas proporcionam um ambiente acolhedor e principalmente proporciona uma aprendizagem ativa e centrada no aluno de acordo com suas especificidades, já as brincadeiras como enfatiza Zilda Oliveira (2020) as brincadeiras exercem um papel fundamental, influenciado os aspectos cognitivos e emocional das crianças.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso, propiciou o aprofundamento do conhecimento acerca de como ocorre as atividades realizadas pelos professores para os alunos com Síndrome de Down, contribuindo para o desenvolvimento educacional e social. A pesquisa se desenvolveu a partir de trabalhos disponíveis na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações, no Ensino Regular, Educação Infantil e no Ensino Fundamental I, com a finalidade de compreender quais as práticas pedagógicas estão sendo utilizadas pelos professores para o desenvolvimento educacional e social de alunos com Síndrome de Down.

A partir das análises das práticas pedagógicas evidenciadas nesses 9 trabalhos científicos, é possível perceber quais são as práticas mais utilizadas pelos professores e que possuem eficácia maior para a contribuição do desenvolvimento dos alunos com SD, que foram realizadas pelos professores, dentre elas destacam: atividades planejadas, a criação de ZDP, a problematização dos erros, utilização de conceitos do cotidiano, projetos paralelos de leitura, trabalhos de rotina, propostas em módulos, ajustes das atividades em sala de aula, avaliação da escrita inicial, atividades de escritas, desenhos, pinturas, brincadeiras, modelagem, metodologias ativas, trabalhos em campo, construção de mapas mentais, aulas invertidas, trabalhos em grupos e em duplas, brincadeiras de faz-de-conta, estimulação da linguagem, recorte, folhear revistas, colagem, delimitação de áreas das atividades, instrução individual e coletivas e jogos lúdicos. Desse modo, essas práticas são capazes de atender as necessidades específicas dos alunos com SD, como também, aos demais alunos da turma, promovendo um ambiente inclusivo. Assim, nota-se a utilização da abordagem construtivista nas práticas realizadas pelos professores (a).

Diante disso, destaca-se a importância dessas práticas de metodologias ativas que possuem um papel fundamental durante o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com SD, essas estratégias utilizadas pelos professores ofertam um ambiente acolhedor e inclusivo, a esses alunos. A tática de trabalhos em grupos é um ponto chave, que facilita a interação dos alunos com SD aos demais. As práticas elencadas anteriormente, de abordagem construtivista cumprem uma educação inclusiva.

Dentre as atividades que não proporcionam de forma eficaz o desenvolvimento dos alunos com SD: como atividades mimeografadas, tarefas de caligrafia, a presença de livros didáticos, trabalhos com o calendário e datas comemorativas. Os resultados da pesquisa evidenciaram que ainda são utilizadas pelos professores (as) metodologias tradicionais, ou seja, essas práticas pedagógicas tradicionais podem proporcionar lacunas para o

desenvolvimento dos alunos com Síndrome de Down, limitando totalmente a própria criatividade e autonomia, dificultando a aprendizagem e tornando um ensino bancário.

Diante disso, percebe-se alguns pontos em comum a partir das práticas pedagógicas que foram realizadas pelos professores, conforme foi elencada pela pesquisa. É possível perceber semelhanças nas práticas inclusivas com o intuito de proporcionar o desenvolvimento dos alunos com Síndrome de Down, por meio da mediação ativa de atividades propostas. Em relação aos pontos não comuns, podemos citar os trabalhos com o calendário e datas comemorativas.

Ademais, é possível afirmar que existe o desconhecimento por parte dos professores, em relação de como trabalhar com os alunos com SD, quais práticas realizar para garantir o desenvolvimento dos mesmos. Assim como, a falta de parceria das famílias com a escola.

Portanto, considerando os diversos aspectos discutidos nesta pesquisa, é notório a relevância da realização de práticas pedagógicas eficazes e adaptadas, conforme as necessidades específicas dos alunos com SD, para que haja o desenvolvimento das habilidades cognitiva, sociais e emocionais, bem como, o avanço educacional. Da mesma forma, surge a necessidade da formação contínua dos professores (a), assegurando e garantindo que os alunos com Síndrome de Down disponham das mesmas condições de oportunidades de aprendizado e possam desenvolverem suas capacidades educacionais.

REFERÊNCIAS

- ALTON, Sandy. **Incluindo Alunos com Síndrome de Down na Escola**. Instituto Inclusão Brasil, 2008. Disponível em: <<https://institutoinclusaobrasil.com.br/incluindo-alunos-com-sindrome-de-down-na-escola/>>. Acesso em: 1 jul. 2024.
- ARAÚJO, Mariane Andreuzzi de. **Práticas pedagógicas na Educação Infantil frente à acessibilidade curricular de crianças com Síndrome de Down**. São Paulo, 2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/180875>>. Acesso em: 10 set. 2024.
- ARAGÃO, Fernanda Monteiro; VASCONCELOS, Thiago Brasileiro de; SILVA, Guilherme Pinheiro Ferreira da; MONTENEGRO, Cláudia Maria; CÂMARA, Teresa Maria da Silva; PIRES, Juliana Lerche Vieira Rocha; SOUZA, Cristiano Teles de; MACENA, Raimunda Hermelinda Maia; BASTOS, Vasco Pinheiro Diógenes. **A importância da estimulação visual em crianças com síndrome de down: visão dos profissionais**. Rev. Ciênc. Méd. Biol. v.12, n.2, p.207-213. Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/23075/1/11_v.12_2.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2024.
- Biblioteca Virtual de Saúde. **Síndrome de Down**. Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <<https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/dicas/107down.html#:~:text=Os%20indiv%C3%ADduos%20com%20S%C3%ADndrome%20de,curto%20e%20grosso%2C%20flacidez%20muscular%2C>>. Acesso em: 10 ago. 2024.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 17 jun. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2010.
- BRASIL. **Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília, 1975. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2024.
- BRASIL. **Estatuto da pessoa com deficiência (2015)**. Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/lei_brasileira_inclusao__pessoa__deficiencia.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2024.
- BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019. 50 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/554329/estatuto_da_pessoa_com_deficiencia_3ed.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 10.048, 8 de novembro de 2000**. Brasília: Planalto, 2000. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm>. Acesso em: 24 ago. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 10.098, 19 de dezembro de 2000**. Brasília: Planalto, 19 dez. 2000. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm?origin=instituicao>. Acesso em: 24 ago. 2024.

BRASIL. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015**. Brasília: Planalto, 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 16 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Brasília: Planalto, 28 dez. 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm>. Acesso em: 24 ago. 2024.

BRASIL. **LEI Nº 14.402, DE 8 DE JULHO DE 2022**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2022. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/L14402.htm>. Acesso em: 06 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069**. Estatuto da Criança e do adolescente. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 1990. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca_mdhc_2024.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de atenção à pessoa com Síndrome de Down**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. 1. ed., 1. reimp. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_pessoa_sindrome_down.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2024.

COSTA, Daiane Santil. **A mediação de professores na aprendizagem da língua escrita de alunos com Síndrome de Down**. Salvador: Bahia, 2011. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/9264>>. Acesso em: 10 set. 2024.

CUNHA, Marcia Borin da; OMACHI, Nathalie Akie; RITTER, Olga Maria Schmidt; NASCIMENTO, Jéssica Engel do; MARQUES, Glessyan de Quadros; LIMA, Fernanda Oliveira. **Metodologias Ativas: em busca de uma caracterização e definição**. SciELO, 2022. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/3885/7289>>. Acesso em: 19 nov. 2024.

FREITAS, Juliana Santiago de. **Percepções e práticas de professores da rede básica acerca do ensino de geografia para alunos com síndrome de down: um estudo de caso**. Londrina, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.uel.br/handle/123456789/14376>>. Acesso em: 10 set. 2024.

FREITAS, Polyane Gabrielle de. **Contribuições da Escala de Intensidade de Apoio ao Planejamento e Prática do Professor para Jovens com Síndrome de Down**. Campus São Carlos, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12273>>. Acesso em: 10 set. 2024.

FRANCO, M. A. R. S. **Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito**. Rev. Brasileira. v. 97, n. 247, p. 534-551. Estudo Pedagogia. Brasília, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbeped/a/m6qBLvmHnCdR7RQjJVSPzTq/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUNDIM, Shirley Macedo. **A inclusão de alunos com Síndrome de Down em escolas de Goiânia**. 2007. 145 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/1984>>. Acesso em: 10 set. 2024.

GOMES, Cindy Romualdo Souza; MONTEIRO, Karolina de Jesus. **As Datas Comemorativas na Educação Infantil: Análise das Práticas Docentes**. Horizontes: Revista de Educação, Dourados, MS, v.4, n.7, 2016. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/horizontes/article/view/5928/3207>>. Acesso em: 01 jan. 2025.

HERTHEL, Cláudia Cristina Teles. **A Criança com Síndrome de Down e o número: uma proposta de atividades inclusivas de contagem**. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/47777>>. Acesso em: 10 set. 2024.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1990. Disponível em: <<https://www.professorrenato.com/attachments/article/161/Didatica%20Jose-carlos->>. Acesso em: 16 jun. 2024.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1992.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LAJOLO, Marisa. **Livro didático: um (quase) manual didático**. Brasília, 1996. Disponível em: <<https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2368/2107>>. Acesso em: 02 dez. 2024.

MACIEL, Antonia Kátia Soares; SILVA, Francisca Camila Araujo da. **Educação: atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado**. Ponta Grossa, PR: Antena, 2020. Disponível em: <<https://atenaeditora.com.br/catalogo/post/a-inclusao-de-um-aluno-com-sindrome-de-down-em-uma-escola-de-ensino-regular-em-fortaleza-ce-praticas-docentes-no-processo-de-inclusao-escolar>>. Acesso em: 24 jun. 2024.

MANTELATTO, Juliana. **Trajetória escolar de Letícia: uma adolescente com síndrome de Down**. Campinas, 2009. Curso de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/xmlui/handle/123456789/15406>>. Acesso em: 10 set. 2024.

MARQUES, Aline Nathalia. **Escolarização de aluno com síndrome de Down na escola: um estudo de caso**. São Carlos: UFS, 2016. 135 p. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7964>>. Acesso em: 10 set. 2024.

Ministério da Educação. **Portaria nº 1.117, de 1 de novembro de 2018**. Brasília: Gabinete do Ministro, 2018. Disponível em: <<https://portalpadrao.ufma.br/proen/digrad/ingresso-sisu/legislacao-sisu/arquivos-legislacao-sisu/portaria-no-1-117-de-1o-de-novembro-de-2018-imprensa-nacional.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2024.

Ministério da Educação. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Brasília: Câmara de Educação Básica, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2024.

MOURA, Eliane Maria Fogliarini; PAIM, Marilane Wolf. **A importância das Artes Visuais na Aprendizagem das Crianças**. v. 5, n. 3. Revista Apotheke, 2019. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/apotheke/article/view/16492/11119>>. Acesso em: 3 dez. 2024.

NIEMAN, Flávia de Andrade; BRANDOLI, Fernanda. **Jean Piaget: um aporte teórico para o construtivismo e suas contribuições para o processo de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa e da Matemática**. IX ANPED, 2012. Disponível em: <<https://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/770/71#:~:text=Tanto%20as%20descobertas%20de%20Piaget,conhecimento%20%2D%20da%C3%A9D%20a%20palavra%20construtivismo>>. Acesso em: 12 fev. 2025.

OLIVEIRA, Ana Carolina Alves de Lima; TRIGUEIRO, Edla Maria G. de Alencar; TESTA, Eliane Cristina. **Literatura e inclusão: uma parceria ultrapassando os limites**. Revista Porto das Letras, Vol. 6, Nº 2. Tocantins, 2020. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/download/8484/17097/44989>>. Acesso em: 29 out. 2024.

OLIVEIRA, Zilda de Moraes Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. - 7. ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Zilda de Moraes Ramos de. **Educação Infantil**. - 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2020.

PEREIRA, Dalva Cristina Mendonça; SANTOS, Daniela de Araújo Menezes; MENEZES, Graziela de Araújo; GÓIS, Tânia Maria Bispo de. **Escola e Síndrome de Down: práticas pedagógicas que promovem aprendizagem e inclusão**. 2016. Disponível em: <<https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc11.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

PESSOA, Fernanda Fonseca Torres. **Formação continuada de professores nas perspectivas das neurociências e da educação inclusiva**. 2019. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências). Instituto de Ciências Exatas e Biológicas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufop.br/jspui/handle/123456789/11678>>. Acesso em: 2 jul. 2024.

PIMENTEL, Susana Couto. **(Con) viver (com) a Síndrome de Down em escola inclusiva: mediação pedagógica e formação de conceitos**. Salvador: Bahia, 2007. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10562>>. Acesso em: 10 set. 2024.

PIAGET, Jean. **Epistemologia genética**. Tradução de Álvaro Cabral. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

PRADO, Vanessa Martins. **INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN: estudo de caso sobre a importância de práticas pedagógicas e a contribuição da afetividade na Educação Infantil**. Centro Universitário Governador Ozanam Coelho – UNIFAGOC, 2023. Disponível em: <<https://unifagoc.edu.br/download/a/incluso-de-crianas-com-sindrome-de-down-estudo-de-caso-sobre-a-importancia-de-prticas-pedaggicas-e-contribui-da-afetividade-na-educao-infantil>>. Acesso em: 12 fev. 2025.

QUEIROZ, Norma Lucia Neris de; MACIEL, Diva Albuquerque; BRANCO, Angela Uchôa. **Brincadeira e Desenvolvimento Infantil**: um olhar sociocultural construtivista. 16(34), 169-179. Paidéia, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-863X2006000200005>>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico** [livro eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5562413/mod_resource/content/1/Metodologia-Do-Trabalho-Cientifico-23%C2%AA-Edicao-Severino-EBOOK-Escolhido.pdf>. Acesso em: 22 out. 2024.

SAVIANI, Dermeval. **EDUCAÇÃO ESCOLAR, CURRÍCULO E SOCIEDADE**: o problema da Base Nacional Comum Curricular. Movimento: Revista de Educação n. 4, p. 54-84. Niterói, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32575/18710>>. Acesso em: 01 jan. 2025.

SHIMOSAKAI, Ricardo. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Secretaria de direitos humanos, 2011. Disponível em: <<https://ricardoshimosakai.com.br/historia-do-movimento-politico-das-pessoas-com-deficiencia-no-brasil/#:~:text=Embora%20durante%20todo%20o%20s%C3%A9culo,ser%20agentes%20da%20pr%C3%B3pria%20hist%C3%B3ria>>. Acesso em: 1 jul. 2024.

SILVA, Maria Cristina da; DUHART, Monica Fernandes Rodrigues; PEREIRA, Patrícia Carolina de Souza. **Práticas Pedagógicas Inclusivas**: Síndrome de Down. Alfenas, 2019. Disponível em: <<https://www.unifenas.br/extensao/cursosonline/praticaspedagogicas/PDFs/Down.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2024.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. Obras Completas. **Cinco**: Fundamentos de Defectologia. Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE). Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2022. 488 p. Disponível em: <https://www.novoipc.org.br/sysfiles/vigotski_obras_completas.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A Formação social da mente**. 5 Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3317710/mod_resource/content/2/A%20formacao%20social%20da%20mente.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **Obras Escogidas**: Fundamentos da Defectologia. Vol. V. Madrid: Visor, 1997.